

## **O MODERNO MUNDO URBANO E A FORMAÇÃO DO CAPITALISMO NO BRASIL**

ALEXANDRE MACCHIONE SAES<sup>1</sup>

As abordagens para o significado da constituição do mundo urbano moderno alcançam as mais diversas áreas das ciências sociais: o mundo urbano que proporciona o desenvolvimento do ser político, da vida cultural e religiosa cristalizadas entre as novas instituições urbanas e, ainda, as relações sociais que tendiam a se tornar mais complexas entre os mercados e as ruas com o crescimento das cidades. Neste trabalho, por outro lado, o aspecto do mundo urbano a ser discutido é aquele como agente transformador das relações econômicas, o personagem que permite uma aceleração das atividades mercantis e conseqüentemente das transformações da sociedade moderna. Em suma, o mundo urbano que permite a expansão das relações econômicas, mas que ao mesmo tempo, reproduz as relações sociais específicas de uma determinada sociedade.

É bastante conhecido o debate sobre o papel desempenhado pelo comércio e as cidades na transição do feudalismo ao capitalismo. A emergência do mundo urbano na Europa permitiu a aceleração das trocas de mercadorias e da intensificação das transformações econômicas, culminando inclusive, em certas localidades, com a eclosão de atividades industriais. A origem da cidade em si, muito anterior ao processo de transição para o capitalismo, constituía uma das primordiais formas de divisão do trabalho: aquela entre campo e cidade. Entretanto, no capitalismo esta característica seria ainda mais desenvolvida. A cidade moderna passa a ser o local em que a divisão social do trabalho é peça intrínseca à própria existência da vida urbana e a reprodução do capital acelerada pela concentração tanto da força de trabalho como dos meios de produção.

No mundo colonial português, por sua vez, as cidades responderiam a desígnios particulares em função da própria subordinação colonial. Por isso mesmo, foi somente em fins do século XIX que as cidades brasileiras entrariam efetivamente por um processo intenso de urbanização, tornando-se *locus* privilegiado da constituição do

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Economia – FEA/USP. Projeto financiado pelo FAPESP.

capitalismo periférico. Aos poucos, a urbanização permitiu dar andamento na ruptura com dois problemáticos impasses na formação do capitalismo brasileiro: de um lado, ao incorporar parcela da população rural, as cidades criavam pela primeira vez no país um mercado de trabalho livre nacional e, paralelamente, com a expansão do transporte ferroviário e a interligação regional brasileira, iniciava-se a constituição de um mercado interno no país.

O presente artigo pretende vincular o crescimento do número de municípios no Brasil na transição para o século XX com o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Num plano interno, a promulgação da Constituição Republicana de 1891, garantindo maior autonomia para o poder municipal e, num plano externo, a disseminação das técnicas da Segunda Revolução Industrial, teriam papel decisivo nessa consolidação do mundo urbano moderno. E, ao permitir agrupar as condições para a consolidação do capitalismo no Brasil, o mundo urbano periférico, com todas suas peculiaridades históricas, reproduziria relações sociais e econômicas específicas.

### **As cidades na transição para o capitalismo europeu**

A Europa no período de declínio do mundo feudal observaria uma forte expansão do comércio e do renascimento das cidades. Inicialmente tanto as cidades italianas como aquelas da região de Flandres e, mais tarde, as feiras comerciais e as cidades portuárias, foram constituídas pelos mais variados estados europeus, indicavam que o mundo urbano tomava nova dinâmica na organização da sociedade (PIRENNE, 1968).

É verdade que o fenômeno urbano não era algo novo, a vida nas *polis* gregas e romanas teria alcançado elevado desenvolvimento político e intelectual, todavia, as características da vida urbana na história moderna tomariam novo rumo. Afinal, por que o fenômeno de desenvolvimento do capitalismo estaria apenas interligado com o surgimento das cidades no mundo moderno e não antes? Como considera Karl Marx em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* (1975, p.74 e segs.), enquanto na Antiguidade clássica a vida urbana ainda estava plenamente subordinada ao mundo rural e, por isso mesmo, os limites ao crescimento da produção rural resultaram na crise da civilização urbana, na Idade Moderna as cidades capitalistas – mesmo que integradas na divisão do trabalho entre campo e cidade – conseguiram assumir crescente autonomia econômica.

Nas palavras de Marx, a história antiga foi o momento de “ruralização da cidade“, ao passo que, com a emergência da burguesia observou-se a “urbanização do campo”: os determinantes dessa nova sociedade, por exemplo, a exploração do homem mediante o trabalho assalariado, o investimento crescente nos meios de produção, se transferem das cidades ao campo.

As cidades do mundo moderno, inicialmente fundaram-se por meio de sua vocação comercial. Eram cidades de mercadores, que no alvorecer da Idade Moderna passavam a expandir sua área de influência das rotas de navegação pelo mediterrâneo até o crescente controle do comércio marítimo no Atlântico. Os monopólios de determinadas rotas ou de determinados produtos garantiriam que as rendas desse grupo de comerciantes fossem ampliadas, parte do processo chamado de acumulação primitiva de capital. Foi somente mais tarde que, internalizando os processos manufatureiros e industriais, a longa transição para o capitalismo tomaria definitiva forma, com a internalização da realização da renda por meio do processo produtivo.

O sentido dessas transformações urbanas foi captado por importantes cientistas sociais já na transição do século XIX para XX. Georg Simmel (1967) considerava que o mundo urbano originário do século XVIII teria um significado de libertação do homem: liberdade jurídica plena, decisiva tanto na formação de uma base psicológica metropolitana e individualista como no desenvolvimento da intelectualidade. A reboque às mudanças no caráter do indivíduo, as atividades econômicas alcançavam plenitude para se expandir livremente. Quanto maiores as cidades, maiores seriam as relações econômicas e sociais.

Max Weber (1967) de certo não discordava totalmente de Simmel. O autor aprofundaria o sentido da cidade moderna ocidental do ponto de vista econômico, em que esta seria o local do mercado. Para o autor, na cidade os habitantes viveriam do ponto de vista da indústria e do comércio, rompendo suas origens com a agricultura e com a “economia natural”. Enquanto no mundo rural a produção tinha um objetivo fundamental de sustentar a estrutura familiar, com as cidades a produção tornar-se uma produção de mercadorias: o mercado nesta nova formação é regular, elemento essencial no abastecimento de seus habitantes e, ademais, mecanismo de lucratividade e com o desenvolvimento de instituições políticas e administrativas que garantam o funcionamento do mercado. Ao examinar esses trabalhos clássicos a respeito do mundo

urbano, Fernando Henrique Cardoso (1975, p. 135) considera que essa proposta de caracterizar a cidade como um lugar de mercado parece ter-se tornado ponto pacífico na literatura para o mundo urbano da Europa Ocidental.

Mas foi sem dúvida a divisão do trabalho que tornou-se conseqüência fulcral com a origem das cidades. Na análise clássica da Economia Política essa leitura já se apresentava para Adam Smith: “A separação da produção e consumo provocada pela troca urbano-rural foi a causa daquela revolução mediante a qual a auto-suficiência da economia rural foi minada pelos padrões de consumo urbano...” (*apud* MERRINGTON, 1989, p.171). A vida urbana intrinsecamente dependia para sua sobrevivência da produção do campo. E na superação da ordem patriarcal e estática do mundo feudal, a busca pelo lucro, papel tanto enfatizado por Adam Smith ao papel progressista do mercado, ampliavam a divisão social do trabalho e o aumento da produtividade. Reforçando seu argumento, Smith em *A Riqueza das Nações* considerava: “as cidades, ao invés de constituírem o efeito, foram a causa e a ocasião da melhoria e refinamento do campo”. Eram elas que permitiam impulsionar o princípio dinâmico do progresso, por meio da ampliação das transações econômicas, da produtividade, da acumulação de capital e da ideologia burguesa.

A cidade era a maior manifestação da emergência do capitalismo. Se o mundo rural e a relação de subordinação entre camponês e senhor era a expressão da sociedade feudal, no mundo urbano, com a idéia de liberdade presente dentro dele e a expansão das relações comerciais, estas relações sociais teriam o significado explícito do nascimento de uma nova sociedade. A multiplicação das necessidades humanas, a ampliação do consumo e a dependência entre cidadãos em função da divisão social do trabalho, imputavam ao sistema econômico posição determinante na organização da vida urbana. O campo, orientado a fornecer as mercadorias para os habitantes da cidade, passou a se modernizar. A busca pelo lucro, a orientação tomada pelos comerciantes, minavam as estruturas feudais prévias.

Tal leitura seria sedimentada pelos estudos de Henri Pirenne (1968, p.167-9) sobre a Idade Média. A transição para o capitalismo era um processo longo, iniciado pelo comércio de longa distância presente nas cidades italianas e de Flandres no século XII. Os comerciantes já naquele período agiam, segundo o autor, como capitalistas: racionavam, calculavam, em busca de seu único objetivo, o lucro. E as cidades, ao

defender a liberdade, constituir um direito próprio – em oposição ao direito consuetudinário feudal –, garantir sua autonomia judicial e administrativa e, finalmente, concentrar crescente às grandes fortunas do período, passou a ser um pólo atraente aos indivíduos presos as relações servis.

Anos mais tarde, Maurice Dobb (1980) questionaria o ponto de partida de Pirenne e, não negando a importância das cidades para o desenvolvimento do capitalismo, passaria a enfatizar a origem deste novo modo de produção por meio das transformações das relações sociais de produção. O determinante não era apenas constatar a existência e o crescimento tanto do comércio e das cidades, isso poderia ser um indicativo das transformações do modo de produção, mas a base para o entendimento dessa transição era a superação da servidão para a plena constituição do trabalho assalariado. Em suma, a superação da economia natural para uma economia mercantil não era suficiente para a constituição do capitalismo, pois, segundo Dobb, esse fato não garantia que a força de trabalho teria se tornado também uma mercadoria.<sup>2</sup>

Afinal, se eram as cidades e o comércio que geraram o capitalismo, por que as primeiras grandes cidades européias teriam encontrado um cenário de estagnação no momento em que o novo sistema consolidava-se? John Merrington (1989) lembra que a cidade “capitalista” foi resultado do pecado original, da necessária acumulação de capital, assim como o posterior desenvolvimento da indústria britânica. Portanto, a cidade capitalista exige mais do que o capital mercantil pode oferecer. A produção de mercadorias e capitais baseado na circulação não era suficiente para gerar o capitalismo. Essa é a possível explicação para a crise das cidades italianas e flamengas entre os séculos XV e XVII. Tais cidades não tornaram endógenos os movimentos do capital, apenas reproduziam o que tem-se chamado de capitalismo comercial, em que o importante é a condição da venda e não o desenvolvimento das técnicas de produção.

Em suma, não há menor dúvida do papel desempenhado pelas inovações presentes no mundo urbano na constituição do capitalismo europeu. Todavia, o desenvolvimento das cidades sozinho não foi capaz de transformar o modo de produção feudal. Na síntese de Merrington: “Nada ilustra melhor as limitações do conceito de economia urbana e de dualismo econômico de cidade e campo que ele pressupõe, que o

---

<sup>2</sup> Para o debate da transição do feudalismo ao capitalismo, a interpretação de Pirenne – e o predominante papel das cidades e do comércio como elemento da transição – seria recuperada por Paul Sweezy (1977).

fato de que o capital primeiro assume o controle do processo produtivo no campo” (1989, p.190). E no mundo periférico, qual teria sido a função do mundo urbano na constituição do capitalismo?

### **O moderno mundo urbano no Brasil**

No Brasil, por sua vez, a formação das cidades teve um percurso particular, todavia não menos decisivo do que aquele responsável pelas transformações na Europa (LANNA, 1995, p.21). O caráter colonial da economia brasileira havia reduzido, no limite, as funções das vilas e cidades a núcleos de exportação de produtos. Isso explicava a localização litorânea das principais cidades brasileiras até o século XIX, em que o porto era a região de onde irradiavam as estruturas urbanas. As funções das cidades eram poucas e dependentes do comércio de exportação (COSTA, 1999); e a massa da população estava localizada no campo, junto aos latifúndios, enquanto os centros urbanos eram pequenos, pobres e sujos (PRADO JR., 1969, p.350).

O comércio colonial garantia a conexão das cidades brasileiras com o restante da economia mundial, via comerciantes portugueses ou traficantes franceses e ingleses, mas com o custo de sugar praticamente todos os capitais da colônia. O pouco que se consumia no país direcionava-se para a elite produtora e, de maneira geral, sustentava uma sociedade bastante desigual. A vida urbana era dificultada pela falta de recursos: o município vivia da penúria completa de recursos financeiros, humanos e materiais. Maria Sylvia de Carvalho Franco alerta que tal condição exigia a incorporação de pecúlios privados, reduzindo a transparência entre o público e o privado (1974, p.111 e segs.).

O esplendor rural *versus* a miséria urbana, dicotomia apresentada por Sérgio Buarque de Holanda na caracterização do mundo colonial brasileiro (HOLANDA, 1969), foi deixando lugar para a formação das “cidades burguesas” em meados do século XIX. A incorporação do setor comercial às estruturas nacionais possibilitou que as cidades passassem de portos exportadores a função de centros comerciais e pouco mais tarde financeiros. O mercado interno cresceu, e conseqüentemente, o volume de importações e de relações comerciais. O crescimento das cidades foi reforçado com o início da construção das ferrovias nos anos 1850 e a mudança paulatina do mundo rural para as cidades. Emergia um novo grupo social formado pelos fazendeiros e pelos

grandes comerciantes de importação e exportação que no meio urbano passariam a diversificar seus investimentos: nascia o grande capital urbano.<sup>3</sup>

O grande capital urbano, deste modo, sendo originário das atividades mercantis, tendeu a estender e criar novas formas de empregar os ganhos em empreendimentos característicos do mundo capitalista: ferrovias, bancos, empresas de serviços urbanos, e ainda, as primeiras indústrias. É preciso salientar que com a abolição em 1888, os ativos urbanos valorizaram-se, atraindo investimentos. Mesmo que subordinado e dependente às atividades mercantis, o grande capital urbano inclinou-se a se diferenciar das atividades agrícolas e controlar importantes redes de decisão política: era a decadência do tradicional coronel com poder absoluto (LEAL, 1975). Esse processo de diversificação do capital se disseminou por todo o país. Capitais e centros econômicos regionais como Salvador, Recife, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo foram exemplos categóricos dessa expansão do capital mercantil para setores ligados ao mundo urbano.

Contudo não foram casos isolados. Cidades que se beneficiavam de avanços econômicos, como o caso do interior paulista, viram também transformações das formas de investimento dos grupos locais. Os municípios com a Constituição de 1891 assumiam maior autonomia financeira sobre sua administração, garantindo uma expansão vigorosa das reformas urbanas. A partir de então: “competiria ao governo municipal decretar impostos para custeio dos seus serviços, organizar o orçamento de sua despesa e receita, e em geral promover e zelar, conforme mais conveniente entender, tudo o que se refere à sua vida econômica e administrativa” (BRASIL, 1891, p.6).

Nas palavras de Emília Viotti: “cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés”. E como continua a autora: “Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura” (COSTA, 1999, p.256). Na longa lista de

---

<sup>3</sup> Na literatura sobre a industrialização e urbanização de São Paulo foi formulado o conceito do grande capital cafeeiro, aquele formado na origem pelos grandes fazendeiros que diversificavam seus investimentos em ferrovias, bancos e empresas de serviços públicos. Aqui neste trabalho estendemos o conceito acreditando que diferentes elites regionais, oriundas de diferentes negócios, seguiram os mesmos percursos de investimentos dos fazendeiros paulistas. Para informações sobre o grande capital cafeeiro em São Paulo: (SILVA, 1976), (SAES, 1986) e (KUGELMAS, 1986).

atividades sob jurisdição municipal, constavam: instrução primária, saúde pública terrestre, limpeza da cidade, remoção e destruição do lixo, arrasamento de morros, aterro de pântanos, canalização de rios e valas, iluminação pública, abastecimento de água, esgoto e construção de casas para habitação de operárias e classes pobres. E, enfim, as cidades possuíam maiores recursos financeiros e autonomia para recorrer aos empréstimos estrangeiros, como fez o Prefeito Pereira Passos para o Distrito Federal em 1906 ou Presidente de Estado Júlio Bueno Brandão para Minas Gerais em 1910.

Aproveitando a abundância de recursos internos e a entrada de empresas e capitais externos, as cidades na segunda metade do século XIX procuravam vias para fomentar a modernização. A tentativa de introduzir as novidades dos padrões de consumo e das melhorias da infra-estrutura urbana existentes na Europa tinha maior êxito conforme a riqueza das elites locais. O mundo agrário, que perduraria décadas como o mais populoso no Brasil, perderia parte de sua população com a rápida expansão da formação de municípios na transição para o século XX:

#### **Municípios recenseados no Brasil (1872-1920)**

<b>Ano</b>	<b>Municípios recenseados</b>
1872	642
1890	1024
1900	1121
1920	1304

Fonte: IBGE

Mas o grau de urbanização, isto é, de melhoramentos urbanos e recursos materiais do município era dependente, por sua vez, do grau de conexão da economia local com o mercado mundial: o ciclo da borracha, por exemplo, permitiu uma rápida modernização de Belém e Manaus. O café, especialmente no estado de São Paulo, condicionou a remodelação urbana paulista, como em Santos, Campinas, Ribeirão Preto e Araraquara entre tantos outros exemplos.<sup>4</sup> Imponentes prédios públicos eram erguidos, teatros luxuosos construídos, modernas linhas de bondes, primeiramente movidos por meio da tração animal, mais tarde por eletricidade, cortavam as ruas das cidades, que

---

<sup>4</sup> Sobre a modernização das cidades paulistas: sobre São Carlos (DEVESCOVI, 1987), Santos (LANNA, 1995), sobre Batatais (PEREIRA, 1999), sobre Araraquara (VARGAS, 2000), sobre Ribeirão Preto (PAZIANI, 2004) e sobre Santa Bárbara d'Oeste, entre outras cidades, (ALMEIDA, 2005).



também começavam receber iluminação pública. A energia elétrica facilitava a instalação de fábricas mais modernas. Em síntese, a modernização buscada pelas elites urbanas brasileiras tinha sua forma mais delineada nos contornos modernos das cidades: a intensidade dessa modernização urbana, entretanto, dependia dos avanços econômicos de cada região que alimentaria com recursos a importação dos padrões de consumo tidos como mais avançados.

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização tornou-se um projeto político da elite brasileira (BURNS, 1979; SAES, 2010). Com os acordos financeiros entre Campos Sales e os credores estrangeiros em 1898, abria-se um projeto de modernização do país. Tais resultados foram vistos especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando o cenário econômico austero auxiliaria os administradores municipais na realização dos projetos de modernização das cidades.

A modernização tornou-se um projeto bastante amplo que atingia os países da América Latina concomitantemente quase que por completo. Entretanto o impacto desses efeitos foi desigual pelas cidades da região: capitais, cidades portuárias ou sedes de atividades econômicas eram aquelas que mais claramente apresentariam suas transformações urbanas. Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires, Cidade do México e Santiago do Chile eram centros comerciais e políticos, incorporaram mais rapidamente as ondas de transformação (ROMERO, 2009). O Brasil, por sua vez, se aproveitou das reformas econômicas promovidas em fins do século XX, como o saneamento monetário e a renegociação das dívidas estrangeiras, entraria no circuito dos investimentos dos países industrializados. Se beneficiava desse cenário internacional de abundância de recursos e da valorização da moeda nacional – culminando com o estabelecimento do padrão-ouro em 1906 – que barateava o custo dos projetos de urbanização.

O acelerado processo de urbanização que o Brasil se engajou – como um projeto político de transformação econômica e social liderada pela emergente elite urbana – custaria profundas distorções na organização da sociedade brasileira. Se por um lado o acelerado processo de modernização auxiliou na incorporação de fatores de produção e, inclusive, na constituição de um mercado de trabalho no país, de outro lado, ao ser condicionado por elementos estranhos a realidade nacional, tais transformações tinham

seu controle reduzido pelos grupos nacionais, assim como, não ocorrendo de maneira minimamente homogênea, ampliava as disparidades sociais e regionais.

### **Cidades e constituição do capitalismo na periferia: uma proposta de interpretação**

Nos estudos sobre a economia política da cidade, tanto Milton Santos como Paul Singer reforçam o significado do mundo urbano na transformação da economia. Para Milton Santos: “A circulação dos produtos, das mercadorias, dos homens e das ideias ganhou uma tal expressão, dentro do processo global de produção, que a urbanização passou a ser um dado fundamental na compreensão da economia” (2009, p.113). Paul Singer (1978), por seu turno, lembra que a origem da cidade advém do desenvolvimento das forças produtivas; é preciso que exista produção de excedente para que o mundo urbano possa existir e se reproduzir. Mas a partir de sua formação, a cidade incorpora as forças de reprodução da economia capitalista, produzindo amplo progresso técnico e concentração de capitais. A contradição intrínseca ao processo se verifica com a crescente desigualdade regional.

Enfim, a *urbe* moderna é o *locus* da socialização capitalista: cidade como lugar de consumo, da divisão social do trabalho, do meio de produção material e de ampliação da produtividade. No Brasil, somente no período de transição para o século XX, que a concentração de bens e homens garante a ampliação da relação entre capital e trabalho, das possibilidades de realização da mais-valia e de reprodução do capital. Enfim, é na ruptura com a cidade tipicamente colonial que a economia periférica consegue alcançar aquilo que, nas palavras de Topalov, podemos chamar de “socialização capitalista das forças produtivas” (1978, p.20).

O que se observa no Brasil no início do século XX é um grande projeto de urbanização que alcança as mais diversas regiões. Era uma readequação da condição da cidade colonial, como elemento do intercâmbio entre produtores e Metrôpole, em que sua existência dependia da conexão econômica com os interesses metropolitanos (MORSE, 1992). A relação entre pólos econômicos regionais e mercado internacional se perpetuava: as maiores articulações regionais aumentavam a velocidade das transformações internas e a dimensão e a intensidade dessas transformações era definida por meio dessa interligação com o mercado internacional. Numa hierarquia urbana, mesmo aquelas cidades em que suas atividades econômicas estivessem voltadas para o

mercado interno, também teriam seu processo de urbanização/modernização dependente dessas articulações comerciais. Dinâmicas diferentes, para caminhos diferentes na constituição do capitalismo brasileiro.

E como pensar esse capitalismo na periferia? Muito já se discutiu sobre o caráter da colonização e do escravismo brasileiro. Ao negar as correntes interpretativas que ligaram essa fase econômica do Brasil com o feudalismo, Caio Prado Jr. (1969) constituiria a perspectiva da colonização dentro do processo de expansão ultramarina européia, logo, inserindo o país dentro de um sistema mercantil. Contrariamente, Jacob Gorender (1978) apresentaria a perspectiva por meio dos elementos endógenos, por meio de um modo de produção escravista colonial, enquanto Pires & Costa (2010), buscando uma síntese entre os modelos, apontariam para um modo de produção escravista mercantil. Em suma, o Brasil se já nascera sobre a égide do capitalista, mas isso não quer dizer que sua produção, organização social era efetivamente capitalista. Por outro lado, se o Brasil se fundou por meio de modos de produção particulares, novamente deve-se considerar que existiu um fenômeno de transição ao capitalismo. E para tanto, acreditamos que, ao pensar o significado do fenômeno urbano, é possível observar alguns elementos e algumas possibilidades para que o capitalismo nacional pudesse se consolidar.

Afinal, o transcorrer do século XIX se revestiria de momentos sintomáticos da constituição do capitalismo no Brasil: a promulgação da Lei de Terras em 1850 no que diz respeito a existência de uma regulamentação da propriedade privada no país; a abolição da escravidão na constituição de um mercado de trabalho livre; na formação da Constituição de 1891, como organização do aparato jurídico burguês; e, ainda, no desenvolvimento dos fatores de produção, tanto em função dos setores de infra-estrutura – com a construção das estradas de ferro e a formação das companhias de energia elétrica – como com a expansão da produção fabril. Mas ainda assim, os nexos sociais e econômicos da sociedade não permitiam a efetivação de uma reprodução social capitalista. Afinal, a gênese do capitalismo nas mais variadas regiões é resultado das “realidades sociais, políticas, econômicas, culturais e naturais nas quais emergem” (PAULA, 2002, p.24).

Mas ainda assim, no Brasil faltava a constituição de um mercado propriamente capitalista, que é qualitativamente distinto dos mercados prévios. Como destaca Ellen

Wood (2001) para a transição ao capitalismo na Inglaterra, o mercado deve ser encarado não como oportunidade para agentes econômicos favorecidos por quaisquer razões extra-econômicas, mas como um mercado cuja função é ser imperativo e coercitivo aos agora agentes econômicos capitalistas. Assim, a riqueza capitalista deve ser encarada não como realizada pela força coercitiva, ou pela condição monopolista nas relações comerciais, mas pelo crescente aumento da produtividade do trabalho. O mercado concorrencial, tanto para regular as relações comerciais, como pelas relações no mercado de trabalho, é imperativo.

O lucro comercial, portanto, ainda pré-capitalista e dominante no Brasil de século XIX, não conseguia transpor as barreiras para a construção dos elementos próprios da acumulação de capital. Por isso mesmo, a abolição rompia com o violento regime trabalho escravo, mas não garantia a transição do trabalho livre para todo o país. Por isso, passava-se a incorporar tecnologia e fatores de produção tipicamente capitalistas, mas o mercado nacional ora não permitia a constituição de setores modernos pelo limite técnico e financeiro frente aos produtos estrangeiros, ora não garantia que os elementos coercitivos do mercado impulsionassem as transformações econômicas dos setores emergentes nacionais.

Essa será a maior colaboração do mundo urbano moderno ao desenvolvimento do capitalismo dentro do país. Mediante a impessoalidade, a complexidade das relações econômicas e a expansão de um mercado competitivo nos centros urbanos, o capitalismo pôde iniciar sua dinâmica intensa de reprodução econômica. Ao que parece, ainda mais importante do que na transição clássica do feudalismo ao capitalismo, as cidades tornaram-se os pontos difusores da formação do capitalismo periférico. Mais importante do que as relações de trabalho no campo após a abolição, é na cidade, e muito em função do aumento do número de imigrantes, que fundou-se, enfim, um mercado de trabalho assalariado. São das atividades de serviços, como ferrovias, bancos, empresas de serviços públicos, que as maiores oportunidades de trabalho surgem, ou mesmo, as maiores rendas econômicas da elite nacional passam a ser realizadas.

É nesta cidade, constituída em fins do século XIX, desenvolvida com os diversos planos de urbanização do país no início do século XX, que o capitalismo no Brasil criou suas amarras na sociedade brasileira. O mercado difunde-se como meio para transpor as relações capitalistas dos centros urbanos, tanto para as atividades rurais, como para o

interior do país. Assim, a competição e o mercado como elemento coercitivo, que garantem a superação das relações tradicionais herdadas da colonização, emergem das novas instituições deste novo mundo urbano moderno brasileiro.

### Fonte

Brasil. Ministério do Interior. *Relatório apresentado por Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1891.

### Referências bibliográficas

- Almeida, Osana de. “José Gabriel: uma ponte entre o ‘arcaico’ e o ‘moderno’ na modernização urbana de Santa Bárbara d’Oeste (1892-1918)”. *Territórios e Fronteiras*. V.6, N.2. Cuiabá: UFMT, 2005.
- Burns, E. Bradford. “Cultures in conflicts: the implication of modernization in Nineteenth-Century Latin America”. Bernhard, Virginia. *Elites, masses and modernization in Latin America, 1850-1930*. Texas: University of Texas Press, 1979.
- Cardoso, Fernando Henrique. “A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo”. *Autoritarismo ou democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Costa, Emília Viotti da. “Urbanização no Brasil no século XIX”. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- Devescovi, Regina. *Urbanização e acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos*. São Carlos: Ufscar, 1987
- Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravista*. São Paulo: Ática, 1974.
- Gorender, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- Kugelmas, Eduardo. *A difícil hegemonia*. São Paulo: tese de doutorado – USP, 1986.
- Lanna, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição. Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- Marx, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- Merrington, John. “A cidade e o campo na transição para o capitalismo”. Sweezy, Paul *et al.* *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- Morse, Richard. *Rethinking the Latin American City*. Washington: Woodrow Wilson Center, 1992.
- Mumford, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- Paziani, Rodrigo. *Construindo a 'Petit Paris': Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca: tese de doutorado – Unesp, 2004.
- Pereira, Robson Mendonça. *O municipalismo em Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 1999.
- Pirenne, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- Pires, Júlio & Costa, Iraci. “O capital escravista-mercantil”. *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010.
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- Romero, José Luis. *América Latina. As cidades e as ideias*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- Saes, Alexandre. *Conflitos do capital*. Bauru: Edusc, 2010.
- Saes, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- Santos, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Edusp, 2009.
- Silva, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- Simmel, Georg. “A metrópole e a vida material”. Guilherme Velho, Octávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967.
- Singer, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1978.
- Sweezy, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Topalov, Christian. *La urbanización capitalista*. Cidade do México: Editorial Edicol, 1978.
- Vargas, Claudia Regina. *As várias faces da cidade: Bento de Abreu e a modernização de Araraquara (1908-1916)*. Franca: dissertação de mestrado – Unesp, 2000.
- Weber, Max. “Conceito e categorias da cidade”. Guilherme Velho, Octávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, 1967.
- Wood, Ellen. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.